

Minha casa está bastante barulhenta hoje, meu filho está no EAD aqui do lado. Enquanto o calendário da Educação não for suspenso nesse ano, esta criança vai ter que estudar ao mesmo tempo que a mãe faz sessão.

Vim aqui prestar a minha solidariedade aos concursados do Detran que estão aguardando convocação. Estão falando com todos nós, nos últimos dias, tentando sensibilizar.

Também quero dizer que a bancada do PSOL vai votar contra. Mais uma vez, um projeto do Governo do Estado de São Paulo chega às pressas, sem tempo para o debate. Mostra que não há planejamento do lado de lá, no Executivo, e não nos permite nos aprofundar nas pautas.

É tudo em Regime de Urgência, muito difícil, muito complicado. Acho uma tristeza que a Assembleia Legislativa tenha essa forma de operação. É sempre assim. Os trabalhos das comissões são quase todos perdidos porque tudo acontece em Regime de Urgência, tudo acontece em congressos de comissões.

A gente precisava rever esse método de trabalho, para que a gente possa garantir trabalho com mais qualidade para entregar para a população do estado de São Paulo. Então hoje o PSOL vai encaminhar voto contrário à matéria, em solidariedade também aos concursados que estão esperando por convocação, mas em solidariedade também nos desejos de maior organização por parte do estado.

Também passo aqui hoje, muito rapidamente, para falar da paralisação dos entregadores de aplicativos que está acontecendo hoje no Brasil. O Brasil precisa ajudar e avançar na legislação da relação de trabalho entre os entregadores de aplicativos e os aplicativos.

Esses senhores que a gente se esqueceu de falar, mas que são um dos serviços mais essenciais neste período. Todo mundo está usando entregadores de aplicativos, seja para pedir um remédio, seja para pedir uma comida, um lanche.

Todo mundo entende a essencialidade desse serviço, mas a gente está se esquecendo de falar que eles trabalham 14 a 16 horas por dia e ganham pouco, a maioria ganha um salário mínimo ou menos.

Eles não têm direito a refeição no trabalho, nenhuma garantia trabalhista. Se eles se contaminarem com Covid neste momento e precisarem parar de trabalhar, eles não têm nenhuma garantia de emprego.

Então hoje eles estão na rua por um aumento da taxa de entrega, por fornecimento de refeições durante o horário de trabalho, pelo fim do sistema de pontuação e bloqueios arbitrários no aplicativo, por seguro de vida e seguro acidente. Uma pauta tão justa, eles se acidentam tanto! A gente bem conhece o número de acidentes de moto aqui na cidade de São Paulo e em todas as cidades.

E também auxílio pandemia, tanto na entrega e fornecimento de EPIs quanto no compromisso que os aplicativos assumam com eles com um mínimo salarial, um mínimo de seguridade salarial para eles em caso de contaminação pela Covid e eles precisarem se afastar das ruas.

A gente assistiu muitas histórias tristes. Entre elas, pessoas que apresentam sintomas da Covid e que continuam trabalhando porque dependem imediatamente do dinheiro que ganham para poder alimentar a sua família.

Muitos deles são entregadores, por isso quero me solidarizar à luta deles. Fazer votos que o Brasil consiga fazer esse passo, que o Congresso Nacional consiga fazer esse passo. Uma das coisas que eles protocolizaram é um projeto.

Quer dizer, eles estão tentando apoio no Congresso Federal para poder protocolizar um projeto de autoria coletiva desses entregadores, que tenta fazer um novo pacto com os aplicativos para versar sobre os seus direitos.

Então, fica aqui a minha solidariedade tanto aos concursados do Detran... Eu sei que essas pessoas que estão ocupando cargos de comissão também estão esperando por uma vaga de emprego. É uma situação muito difícil e ruim, mas a gente precisa planejar o estado. E quero deixar aqui também a minha solidariedade aos entregadores de aplicativo.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Próximo inscrito, deputado Adalberto Freitas. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, presidente, muito obrigado. Cumprimento o senhor, todo o pessoal da Mesa Diretora, da TV Alesp, os técnicos que estão nos ajudando na transmissão e todos os parlamentares da Casa que estão na sessão plenária.

Eu quero primeiro expor a situação, é o seguinte: foi colocado já por alguns parlamentares, inclusive pelo deputado Teonílio Barba, sobre essa questão que está acontecendo de que vai haver muitas mudanças.

Houve muitas mudanças em todas as questões que envolvam qualquer parte administrativa, tanto da iniciativa privada quanto do governo, por conta dessa pandemia.

Nós sabemos que, com tudo o que aconteceu, essa avalanche que teve com essa pandemia, vai haver uma mudança significativa em todos os setores em que nós atuamos. E, obviamente, o setor do governo não vai ficar de fora.

A iniciativa privada, nós acompanhamos empresas multinacionais, que tinham não sei quantos mil funcionários, e já estão tomando medidas para trabalho em “home office”, e automaticamente a mão de obra, o quadro de funcionários vai ser diminuído.

Isso vai ser aplicado, também, no governo. Então, foi me falado isso (Inaudível.) uma mudança. E essa questão do Detran, se estivesse numa situação de normalidade (Inaudível.), inclusive as questões econômicas, haveria uma possibilidade de colocar esse pessoal que realmente prestou concurso, estudou (Inaudível.)

Mas, eu acredito que o governo não vai ter muita saída além de tentar... Nós vamos tentar passar isso hoje, já vou apoiar, sou a favor da aprovação desse projeto. Obviamente, depois que passar essa crise toda, vai haver uma diminuição, nós vamos ter que pensar diferente.

Inclusive, não só no Detran, qualquer outro cargo, qualquer outra empresa do governo vai ter que ser diminuída, vai ter que enxugar cargo, vai ter que entrar mais nessa questão de usar a rede social para poder se comunicar.

Até mesmo questões físicas, de prédios que estão alugados, isso vai ter que passar por uma reforma geral, e obviamente vai ter corte de funcionário, não vai ter jeito.

Então, o pessoal que está lá, eu torço para que dê tudo certo, para que a gente consiga aprovar esse projeto, para que as pessoas que estão lá, fiquem lá. E, em outras oportunidades (Inaudível.), no futuro, que o pessoal que fez concurso possa aproveitar e, também, ter sua chance de voltar ao mercado de trabalho.

Então, já deixo aqui antecipado nosso total apoio a esse projeto, para que seja aprovado.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Adalberto. Próximo inscrito, deputado José Américo. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Srs. Deputados, Srs. Deputadas. Nesta tarde, quero deixar aqui a minha solidariedade absoluta aos trabalhadores de aplicativos, motoqueiros, ciclistas, pessoas com carro particular que fazem entregas na nossa cidade, no nosso estado, no nosso país.

Quero dizer que esse trabalho precarizado que eles vêm desenvolvendo é um trabalho socialmente muito importante, que precisa ser regulado, precisa ser regulamentado. Os direitos trabalhistas - que andam tanto em desuso, tem tanta gente falando contra - precisam ser restaurados para essas pessoas.

Não é possível que a gente tenha milhares de pessoas trabalhando nas ruas, se expõem, sem direito social nenhum, sem direito à Saúde, sem direito sequer à alimentação. Então, recebam a minha total solidariedade os trabalhadores de aplicativos, que no dia de hoje estão em que greve.

Quero também, em segundo lugar, registrar a questão da letalidade da PM. E mais do que a questão da letalidade da PM: eu acho que o aumento da letalidade da PM está vinculado à politização da Polícia Militar. Não estou dizendo que é a Polícia Militar como um todo, mas nichos que estão sendo politizados, que estão formando empresas de segurança.

Isso aconteceu no Rio de Janeiro, a gente sabe no que deu. Essas empresas de segurança estão cuidando de áreas, estão recebendo por isso. E, por outro lado, gente fazendo política. Não acredito que seja só o soldado que está fazendo política, os oficiais estão por detrás, estimulando.

Por exemplo, o que aconteceu nessa pequena cidade no interior do estado de São Paulo, onde três PMs soltaram uma bomba na casa de uma professora. Vocês sabem por que esse problema vai continuar? Sabe o que vai acontecer com esses PMs? Nada. Eles estão suspensos, vão ser no máximo advertidos, suspensos por dois ou três meses. Não vai acontecer nada.

Esses PMs são bandidos, são terroristas. Tinham que ser expulsos da PM. Se esses indivíduos fossem expulsos da PM, tenho certeza absoluta de que o problema iria no mínimo ser reduzido. Nós temos que defender a Polícia como instituição, imaginar que esses casos ainda são exceção, mas que podem se transformar numa regra.

O caso que aconteceu nessa cidadezinha do estado de São Paulo é um caso gravíssimo e que, vou dizer aqui para vocês, não vai ser punido, porque o espírito de corpo da PM está impregnado por muitos vícios que podem levar, inclusive, a nossa PM aonde a gente não gostaria que ela fosse. Então, eles não vão ser punidos. Não punir atitudes terroristas e bandidas de três PMs vai estimular que outros façam a mesma coisa, claro.

Mas vamos entrar na discussão em tela. Quero dizer que eu sou absolutamente contra a prorrogação da situação precária dos funcionários do Detran. Acho que nós temos que chamar os concursados. A pandemia mostrou que o serviço público é essencial nesse momento.

E quando a gente fala em serviço público, nós estamos falando em concurso, em seleção a partir de critérios objetivos, por concurso público. E é exatamente o caso dos funcionários que estão aguardando para ser chamados. Então, acho que nada justifica que a gente não faça isso.

O alerta que a pandemia trouxe para todos nós é que nós precisamos fortalecer o serviço público, precisamos fortalecer a carreira pública, e fortalecer a carreira pública é chamar aqueles que passam em concurso.

É impressionante a quantidade de pessoas que nos procuram dizendo: “Olha, eu passei no concurso e não fui chamado”, “Passei e não fui chamado”, “Estamos aguardando, estamos aguardando”.

Isso é um absurdo. O Estado Brasileiro não pode viver assim. E o estado de São Paulo, que é o maior de todos, o mais rico, não pode fazer isso de jeito nenhum. Nós temos que chamar os concursados já.

O Estado sofreu, tem sofrido, nos últimos anos, uma campanha de desmoralização muito grande. Uma tentativa de desgastar e, na verdade, desmoralizar o Estado, para que certos setores do Estado possam ser apropriados pela iniciativa privada.

Ela não tem interesse em tudo, não; mas ela tem interesse, por exemplo, na privatização da água, do esgoto, da eletricidade, de várias outras coisas. Mas eles preferem, então, de qualquer forma, fazer uma “tabula rasa” do Estado, como se o Estado fosse incompetente e só a iniciativa privada fosse competente.

Eu acho que iniciativa privada competente não é bem a regra do Brasil. No Brasil, se vocês um dia quiserem fazer uma discussão, conheço bastante a iniciativa privada, trabalhei na iniciativa privada, posso falar para vocês no que a iniciativa privada é competente. Quando tem as condições, quando tem estrutura, você não tenha dúvida de que ela é competente, mas o Estado também é.

Agora, quando não tem as coisas, a iniciativa privada não é competente, não. Não sei se vocês sabem, mas tem muita corrupção na iniciativa privada. Nas empresas, tem método de controle seríssimo para não deixar os caras roubarem patrão. É isso o que acontece.

E você tem uma quantidade de empresas, no Brasil, que falem, que é impressionante. Um dia eu quero contar para vocês a história de algumas empresas brasileiras que iam bem e faliram.

A Gazeta Mercantil, deputado Estevam Galvão, era um jornal maravilhoso, que ia bem, era bem vendido, tinha anúncio e tal. Os patrões quebraram a Gazeta Mercantil. Tinha 50 diretores que ganhavam 20 mil dólares cada um. Eles arrebentaram com a Gazeta Mercantil.

A Editora Abril, a família que dirige a Editora Abril, o que fez com a Editora Abril? Arrebentaram a Editora Abril, pelos seus desmandos. Então, a iniciativa privada, no Brasil, também tem muita culpa no cartório.

Então, eu quero dizer que nós precisamos fortalecer o Estado, fortalecer a Saúde, como a pandemia revelou. O estado de São Paulo é o estado que está em melhores condições; a cidade de São Paulo, melhor ainda. Ainda assim, nós precisamos fortalecer. Nós não podemos viver numa sociedade onde a pessoa que pega a Covid num bairro de classe média, no Jardim Paulista, por exemplo, tem dez vezes mais possibilidade de sobreviver do que alguém que pega a mesma Covid na Brasilândia. Não pode ser assim.

Então, nós temos que fortalecer a instituição pública, fortalecer o Estado na área da Saúde, na área do Transporte. Na área da regulação do Transporte, da atividade automotora, que é o caso do Detran, precisamos fortalecer também. O estado de São Paulo sempre teve um Detran de muito boa unidade, muito bom funcionamento.

A nossa administração de veículos automotores no estado de São Paulo sempre foi muito boa, e nós precisamos manter isso. E isso você mantém com funcionário de carreira, funcionário que entrou por merecimento. Não tem sentido ficar prolongando a estadia de funcionários precários, para que aqueles concursados não possam ficar.

Quero dizer para vocês, gente, que Eu podia discorrer aqui durante horas sobre a prevalência do setor público no Brasil. Acho que é uma grande oportunidade para a gente discutir o setor público no Brasil e a importância de que a gente fortaleça o setor público em todos os níveis, porque nós estamos falando em uma única palavra, na verdade, uma única palavra.

Não adianta querer dizer: “Ah, não, mas uma coisa é o Detran, outra coisa é a Saúde”. Não é, não. É uma única palavra: o setor público é o setor público. É a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Saúde, a Educação, a regulação da área dos veículos automotores, dos transportes, que é o que estamos discutindo aqui. Enfim, é tudo aquilo que diz respeito ao setor público. Quando falam que não tem dinheiro, que não tem recursos, como alguém falou aqui agora, que o governo às vezes alega isso, não é verdade. O governo não tem recurso porque não quer ter recurso. Olha a palavra que eu estou falando, pessoal: o governador João Doria não está preocupado em conseguir mais recursos para o estado de São Paulo.

Quer um exemplo? Eu vou dar um exemplo para vocês. Eu e o deputado Paulo Fiorilo apresentamos uma proposta de (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tivemos um problema com a conexão do deputado José Américo. Preservado o tempo dele, se não retomar, vamos passar para o próximo orador.

Quando ele conseguir retomar a conexão, a gente devolve a palavra para ele. Próximo orador, deputado Rafael Silva. Passo a palavra ao deputado Rafael Silva. Liberar o som do deputado Rafael Silva.

Antes, porém, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, combinado com o Ato da Mesa no 4o, de 24 de maio de 2020, convoco V. Exas.

para a 30a Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual, transmitida ao vivo pela Rede Alesp, a realizar-se hoje, 10 minutos após o encerramento da presente sessão, e a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei Complementar no 12, de 2020.

Deputado Rafael Silva está ausente. Próximo inscrito, deputado Enio Tatto. Tem a palavra o deputado Enio Tatto. Agora, sim. Estamos te ouvindo, deputado Enio. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Cumprimento o presidente e a todos os colegas. Espero que todos estejam bem. Sr. Presidente, eu vou fazer mais alguns registros, depois queria passar o resto do meu tempo para a Professora Bebel, líder da Minoria.

Primeiro, queria colocar que também, acompanhando minha bancada, não concordo com essa prorrogação. E é verdade: tem gente defendendo a continuidade das pessoas contratadas, que precisam trabalhar e que está esgotando o prazo, mas também é verdade que o governo do PSDB fez um concurso público.

Deputada Leci colocou muito bem. Se inscreveram mais de 150 mil pessoas, que se prepararam, estudaram, pagaram a taxa; 400 passaram. E esses 400 estão esperando ser chamados para trabalhar.

Com certeza, eles gastaram dinheiro, estudaram, aguardaram um tempo, competiram com mais de 150 mil pessoas. E agora o governo do PSDB está prorrogando a convocação dos aprovados pela terceira vez.

O PSDB fez o concurso, prorrogou a primeira vez, prorrogou a segunda. Não dá para admitir a terceira prorrogação. Isso é um absurdo. Isso não é gestão, isso é uma incompetência enorme.

Então, a gente vai votar contra, acompanhando a bancada, a orientação de todos os deputados que colocaram. E que o governo chame os concursados. A desculpa da pandemia, não dá para a gente usar isso por essa incompetência, o governo não fazer a lição de casa de chamar quem tem o direito a trabalhar.

Também queria fazer um registro: a minha solidariedade, meu apoio a todos os profissionais dos aplicativos. É uma profissão difícil - é o que está sobrando para as pessoas desempregadas, que não têm dinheiro para levar comida para dentro de casa - e que precisa ser regulamentada.

Eles precisam ter direito, eles não podem trabalhar dessa forma como eles estão trabalhando, sem direito nenhum. Acontece um acidente, eles não têm para onde recorrer.

É um trabalho difícil, um trabalho que não tem uma carga horária: a pessoa trabalha 8, 10, 12; já ouvi pessoas falando que trabalham 18 horas por dia para poder levar o sustento para dentro de casa. E eles estão fazendo essa manifestação. Queria registrar toda a minha solidariedade.

Minha solidariedade também à professora que sofreu o atentado com bomba no interior de São Paulo, e fico muito preocupado. A Secretaria de Segurança Pública e o Governo do Estado de São Paulo têm de tomar todas as providências e punir energicamente os culpados.

Eu não quero acreditar - e já tem bastante notícia dos jornais, muita gente comentando - em uma certa perda de controle do governo Doria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Isso é muito ruim para a democracia, para a instituição. A Polícia tem que ser valorizada, mas a gente precisa ficar atento para o governo não vacilar nessa questão.

Também queria fazer um registro: moro aqui numa região - já foi colocado aí - onde a pandemia está no auge e cresceu muito, que é a zona sul da cidade de São Paulo. E todos os dias a gente tem informação aqui de pessoas contaminadas e, inclusive, de óbitos, infelizmente.

Solidarizando-me com as famílias e todas as pessoas que estão sofrendo com isso. Queria registrar aqui: eu não consigo entender o governo Doria e o prefeito Bruno Covas, em especial, aqui na Capital, sobre o relaxamento, a pressão que estão sofrendo e cedendo. Já se coloca a abertura para a volta dos jogos de futebol do Campeonato Paulista.

Já estão prevendo, em setembro, a volta dos alunos às escolas. A Apeoesp já se colocou totalmente contra isso. E, por pressão do comércio, do poder econômico, vai se abrindo, e a gente sabe que a tendência é só aumentar a pandemia.

Será que já não tem exemplos de cidades e de estados que vacilaram, que pregaram que não estava acontecendo nada, como Minas Gerais, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, e relaxaram

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Enio, eu vou pedir desculpas a V. Exa e interromper. Faltam dez minutos para encerrar o teu tempo. Está esgotado o tempo da presente sessão. Em dez minutos, retomamos, e aí eu devolvo os seus dez minutos. E tenho um débito, ainda, com o deputado José Américo, de mais seis minutos para a conclusão da sua fala. Está certo?

Então, está esgotado o tempo da presente sessão. Em dez minutos, retomaremos a próxima sessão extraordinária.

* * *

- Encerra-se a sessão às 17 horas.

* * *

1 DE JULHO DE 2020

30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PLC 12/20.
2 - ENIO LULA TATTO
Discute o PLC 12/20.
3 - PROFESSORA BEBEL LULA
Discute o PLC 12/20.
4 - BETH LULA SAHÃO
Discute o PLC 12/20.
5 - CORONEL TELHADA
Discute o PLC 12/20.
6 - JOSÉ AMÉRICO LULA
Discute o PLC 12/20.
7 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão do PLC 12/20.
8 - CARLÃO PIGNATARI e do deputado Teonílio Barba Lula.
9 - SARGENTO NERI
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PLC 12/20, em nome do Governo.
10 - TEONILIO BARBA LULA
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PLC 12/20, em nome do PT.
11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que a PEC que adia a realização das eleições deste ano foi aprovada, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados. Tece comentários sobre a presente deliberação.
12 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PLC 12/20, em nome do PSB.
13 - PROFESSORA BEBEL LULA
Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PLC 12/20, em nome da Minoria.
14 - ISA PENNA

Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PLC 12/20, em nome do PSOL.

15 - CORONEL TELHADA

Encaminha a votação dos requerimentos de método de votação ao PLC 12/20, em nome do PP.

16 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Coloca em votação nominal os requerimentos de método de votação propostos pelos deputados Carlão Pignatari e Teonílio Barba Lula.

17 - DOUGLAS GARCIA

Declara obstrução ao processo de votação.

18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra a manifestação.

19 - GIL DINIZ

Para questão de ordem, indaga se uma eventual obstrução do PSL teria validade para ele e para o deputado Douglas Garcia, que não tem vista que ambos estão suspensos do partido.

20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Presta esclarecimentos ao deputado Gil Diniz.

21 - GIL DINIZ

Declara obstrução ao processo de votação.

22 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução do Republicanos ao processo de votação.

23 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

24 - RODRIGO GAMBALE

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

25 - VINÍCIUS CAMARINHA

Declara obstrução do PSB ao processo de votação.

26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Informa que o PSDB, o PSB, o Republicanos, o PP, os deputados Douglas Garcia e Gil Diniz, o PSL, o PSOL e o PT estão em obstrução ao processo de votação. Dá conhecimento do resultado da votação nominal, que aprova o requerimento de método de votação proposto pelo deputado Carlão Pignatari. Coloca em votação nominal o PLC 12/20, salvo substitutivos e emendas.

27 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução do Republicanos ao processo de votação.

28 - RODRIGO GAMBALE

Declara obstrução do PSL ao processo de votação.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Registra as manifestações. Convoca uma nova sessão extraordinária em ambiente virtual, a ter início dez minutos após o término da presente sessão, com Ordem do Dia. Informa que o Podemos, o Republicanos, o PSOL, o PSL, o PSDB, o PT e o PL estão em obstrução ao processo de votação. Dá conhecimento do resultado da votação nominal, que aprova o PLC 12/20, restando prejudicados os substitutivos n°s 1 a 3. Lembra a realização da próxima sessão extraordinária em ambiente virtual, a ter início às 19 horas e 53 minutos. Encerra a sessão.
* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente virtualmente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Devolvo a palavra ao deputado Enio Tatto pelos 10 minutos, e ainda tem 6 minutos do deputado José Américo antes de passar para o próximo inscrito. Tem a palavra, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

Retomando, eu estava falando que o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo deveriam perceber o que está acontecendo em outras cidades, como Belo Horizonte, Florianópolis, Porto Alegre, ou no estado de Minas Gerais, governado pelo governo do Novo, que simplesmente falaram que tinham controlado a pandemia, que tinham tomado todas as providências e hoje estão fechando tudo, porque o coronavírus chegou com tudo lá.

Em São Paulo, a notícia que a gente tem neste momento é que passam de 15 mil óbitos e mais de 289 mil pessoas contaminadas; de 645, a 622 municípios já chegou a pandemia. Então, não sei onde eles estão se baseando para tentar flexibilizar e abrir a economia. É uma vergonha.

A gente já não tem um governo federal, que desde o primeiro minuto menosprezou a pandemia e virou uma vergonha mundial; agora o estado de São Paulo também está indo para o mesmo caminho? Chamar atenção e registrar essa indignação.

Era isso, Sr. Presidente. Queria mandar um abraço a todos os colegas, que gente não vê há tanto tempo, e passar o restante do meu tempo à querida deputada líder da Minoria, Professora Bebel.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra pelo tempo remanescente do deputado Enio Tatto a Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Novamente de volta, eu quero voltar à questão dos concursos e dizer que cada vez que a gente tem concursos que não são respeitados, em que os remanescentes não tomam posse, isso certamente cria um desestímulo nas pessoas para serem servidoras públicas.

Quero dizer que, ao longo da minha trajetória toda, a gente brigou, e, de toda a luta nossa na Apeoesp, a maior vitória nossa foi uma greve que fizemos pelo concurso público.

Tinha cerca de 59 mil professores temporários, e a gente conseguiu, em 2013, o maior concurso da história do Magistério, para 59 mil professores. Então, daí porque a gente ter esse cuidado com a matéria e com os serviços públicos.

Mas eu também me inscrevi porque talvez na primeira fala minha eu não me lembrei... Eu quero aqui não só expressar minha solidariedade à Mariene, professora Mari, dirigente da Apeoesp, que teve sua casa alvejada por policiais, o que criou um certo pavor na cidade de Nuporanga, um município muito pequeno perto de Orlândia. Eu olho para a questão referente à Mari, mas também trato de uma questão mais geral.

Muito recentemente, a gente viu um jovem ser abordado da mesma forma que o George Floyd foi abordado nos Estados Unidos. Me parece uma ação coordenada que lamentavelmente a gente está assistindo no estado de São Paulo.

Será que o João Doria está perdendo o controle da Polícia? Eu não generalizo isso para toda a corporação, mas depois vai ver quem foi o policial que fez, são pessoas que não têm uma boa passagem. Foi o que aconteceu com a pessoa lá em São Paulo, também outro jovem que foi morto.

Então isso está virando uma rotina. Eu não gostaria que mortes e assassinatos virassem política de estado. Acho que políticas de estado têm que ser a segurança para a população paulista, ou partidos políticos que pensam diferente de outros partidos políticos, que são pouco democráticos.... Por exemplo, sua casa ser alvejada, como foi a casa da Mari.

De toda a forma, quanto à Apeoesp, nós entramos junto à Procuradoria. A Mari teve toda a sustentação jurídica; mais que isso, os policiais foram afastados para averiguação. Então, teve aí uma resposta muito rápida, reconheço que teve. Não estou tranquilizando, mas estou dizendo o seguinte: o que aconteceu com a Mari pode acontecer com qualquer um de nós.

Na minha condição de deputada e presidente da Apeoesp, tomei todas as tratativas no que diz respeito ao caso da Mariene e agradeço toda a solidariedade do Luiz Fernando, do Enio, do Paulo Fiorilo, de todos que manifestaram e manifestam